

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 02/08/2024 | Edição: 148 | Seção: 1 | Página: 149

Órgão: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/Secretaria do Patrimônio da União/Superintendência em São Paulo

## PORTARIA SPU/SP/MGI Nº 4.849, DE 8 DE JULHO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SPU/ME nº 8.678, de 30 de setembro de 2022, e demais elementos que integram o processo SEI nº 10154.043393/2024-21, resolve:

Art. 1º Cientifica-se e aprova-se a necessidade de demolição do denominado Quiosque 40 ou Quiosque Clube de Música, RIP 6311.0100379-82, na cidade de Caraguatatuba - SP, conforme dados do processo SEI nº 10154.043393/2024-21.

Art. 2º Trata-se de um quiosque com área total de 150m<sup>2</sup>, localizado na Praia das Palmeiras, com as coordenadas geográficas UTM: 456231.835 X(m); 7383557.547 Y(m), inserido no trecho pertencente ao Termo de Gestão de Praias de Caraguatatuba. O imóvel teve seu RIP cancelado em 20 de abril de 2022 e encontra-se abandonado há dois anos, apresentando deterioração física que acarreta riscos à segurança e à saúde pública.

Art. 3º A requerente, Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, por meio de sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SMAAP), na condição de gestora municipal de utilização de praias urbanas, a partir do Termo de Adesão à Gestão de Praias, publicado no Diário Oficial da União nº 241 em 13 de dezembro de 2019, propõe-se a atender às exigências e condicionantes ambientais formuladas pela própria instituição ambiental municipal, bem como as recomendações da Nota Técnica 28026, constante no processo.

Art. 4º Após a conclusão, a requerente deverá fornecer à Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo documentos e imagens que comprovem a demolição finalizada.

Art. 5º Ficará a requerente também incumbida pela limpeza do local durante e ao término das atividades de demolição.

Art. 6º A presente autorização se dá em caráter precário e revogável a qualquer momento, não implicando na constituição de domínio sobre o terreno.

Art. 7º A requerente deverá obter todas as demais permissões, autorizações e/ou licenças necessárias ou exigidas por outros órgãos.

Art. 8º Responderá a interessada, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da demolição de que trata esta portaria.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CELSON SANTOS CARVALHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

